



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio
Presidência da Funai
SEPS 702/902 - Ed. Lex, 3º andar. Cep.: 70340-904 - Brasília-DF
Fone: (61) 3313-3792

RELATÓRIO DA COMISSÃO EXTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

MUNICÍPIOS DE DOURADOS, AMAMBAI E PONTA PORÃ

MATO GROSSO DO SUL, 02/03 DE DEZEMBRO DE 2011

A Comissão Externa, criada pela presidência da Câmara dos Deputados, composta pelos deputados federais Padre Ton (PT/RO), deputado Domingos Dutra (PT-MA), vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), Câmara dos Deputados e Érika Kokay (PT-DF), titular da CDHM da Câmara dos Deputados, acompanhados do deputado estadual Laerte Tetila (PT/MS), do vereador indígena, Otoniel Ricardo e representantes da Funai, Francisca Picanço, Assessora da Presidência para Assuntos Parlamentares, Paulo Celso, Ouvidor e Maria Aparecida Mendes, Coordenadora Regional da Funai em Dourados, além do Procurador do Ministério Público de Dourados, Marco Antônio, delegado da polícia federal, Alcides Moreira e da imprensa da Empresa Brasileira de Comunicações, EBC.

O objetivo da visita da Comitativa de deputados ao Estado, foi averiguar *in loco* a situação de violência contra os povos indígenas do Mato Grosso do Sul, o andamento das demarcações das terras dos Guarani Kaiowá, a situação dos processos criminais, a posição do poder

¹
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

judiciário local, ações do governo federal, bem como visitar os acampamentos Kuruassu Ambá, localizado no município de Coronel Sapucaia e em Amambaí, o Acampamento Tekoha Guaiviry, localizado entre os municípios de Aral Moreira, Amambai e Ponta Porá, local do desaparecimento do cacique e líder religioso Guarani-Kaiowá, Nísio Gomes. O Acampamento Guaiviry foi atacado por pistoleiros encapuzados no último 18/11, balearam o cacique Nísio Gomes e levaram seu corpo que continua desaparecido.

No final da visita será elaborado um Relatório com recomendações ao governo federal e propostas de ações concretas e emergenciais, na perspectiva da superação dos conflitos fundiários no Estado. O documento será entregue às autoridades do Estado Brasileiro: Presidenta Dilma Rouseff, Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, Presidente da Funai, Márcio Meira, Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, do Senado, José Sarney, aos líderes dos partidos na Câmara e no Senado, Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, bem como aos Ministros de Estado, órgãos do poder judiciário, organizações indígenas e entidades da sociedade civil.

REUNIÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL

DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

Em Dourados, os deputados Padre Ton (PT/RO), Érika Kokay (PT/DF) e Domingos Dutra (PT/MA), se reuniram no dia 02/11, sexta-feira, às 10h30, no Campus da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com 30 lideranças indígenas de vários municípios, entre eles, Dourados, Tacuru, Coronel Sapucaia, Paranhos e Douradina

²
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao 2º Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

que apresentaram suas reivindicações e cobraram soluções imediatas das autoridades brasileiras que garantam a proteção e efetivação de seus direitos. Participaram da reunião representantes da Fundação Nacional do Índio de Brasília e da Regional da Funai no estado, do Reitor, Damião Duque de Farias, do delegado da polícia federal, Alcides Moreira, Força Nacional de Segurança, Conselho Indigenista Missionário, Assembléia Legislativa e de acadêmicos do curso de licenciatura intercultural Teko Arandu, oferecido pela universidade para a formação de professores indígenas.

O deputado federal, Padre Ton (PT/RO), Presidente da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas e Coordenador da Comissão Externa de Diligência no Estado do Mato Grosso do Sul, destacou na sua fala de abertura, a relevância institucional da diligência, como demonstração da preocupação de toda a Câmara dos Deputados com o índice elevado de violência no estado, aproximadamente 55% das mortes de indígenas no país.

Afirmou, ainda, que o povo indígena não tem representação no Congresso Nacional. O relatório da Reforma Política não contempla a possibilidade de representação dos índios, pois o sistema não permite ao índio participar da escolha eleitoral. A falta de representatividade indígena no Congresso Nacional é um dos grandes desafios para a consolidação dos direitos indígenas. Atualmente os índios não elegem seus representantes federais e estaduais somente através dos votos indígenas. Muitos Projetos de Lei, que tramitam na Câmara e no Senado, são desfavoráveis à causa indígena.

O deputado federal Domingos Dutra (PT/MA), considera importante a apuração das denúncias de violência e exige proteção às

3
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao 3º Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

lideranças indígenas ameaçadas, bem como celeridade nos procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas. O deputado considerou uma vergonha para o País a quantidade alarmante de assassinatos e suicídios entre o povo guarani, causados na sua maioria, ao roubo de seus territórios por latifundiários e devido à inércia do Governo Federal que, ao longo do tempo, ao invés de proteger os índios, entregou a terra aos fazendeiros.

A deputada federal Erika Kokay do PT do Distrito Federal, destacou a morosidade nas demarcações das terras indígenas e que o processo lento têm prejudicado os índios e criado uma situação de desamparo do Estado aos índios, principalmente por não conseguirem retornar para suas terras tradicionais. Nessa direção, afirmou que mecanismos legais, operacionais e financeiros precisam ser garantidos pela União para que possibilitem que a Funai realize com rapidez todos os processos necessários da demarcação, assim como da desintrusão e indenização dos produtores rurais.

O deputado Estadual do PT, e Presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, Laerte Tetila, abordou a situação fundiária no Estado e fez um comparativo dizendo que no Estado do Mato Grosso, 14% das terras são indígenas e que o processo de demarcação já foi concluído, ao passo que no Mato Grosso do Sul, 98% dos indígenas ocupam apenas 0,2% das terras no Estado e os índios vivem em regime de confinamentos. Nesse sentido, afirmou que defende a aquisição de terras pelo governo federal a preço de mercado para resolver a questão da demarcação de terras indígenas no Estado e para corrigir essa distorção, informou na reunião da aprovação por unanimidade, na quarta-feira, 30/11, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, o

4
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao 4º Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

Elaborado por **Chica Picanço**, Assessora da Presidência Para Assuntos Parlamentares da Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça, integrante da Comissão, juntamente com Paulo Celso de Oliveira, Ouvidor e Maria Aparecida Mendes, Coordenadora Regional da Funai em Dourados/MS.

Projeto de Lei de sua autoria que cria o Fundo Estadual para Aquisição de Terras Indígenas – FEPATI. O projeto seguiu na mesma semana (01/12), para sanção do Governo do Estado.

O deputado Laerte Tetila (PT/MS), explicou às lideranças indígenas que o projeto de lei tem como finalidade captar recursos financeiros para aquisição de terras de propriedades particulares consideradas terras indígenas. Com a aprovação, o fundo poderá receber recursos dos poderes federal, estadual e municipal e também de entidades privadas. Destacou a importância do PL como uma forma de apaziguar a tensão e os conflitos entre indígenas e produtores rurais. “O Mato Grosso do Sul ganha com este projeto, pois nenhum sul-mato-grossense gosta de ver o seu Estado aparecendo na mídia nacional e internacional como local de desrespeito aos indígenas”, afirmou.

Na proposta do deputado, o Fundo estaria vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura que cuidaria da compra das terras, fiscalização de sua utilização, assim como de todos os cadastros e trâmite burocrático referente à questão.

O líder indígena Tônico Benites, guarani kaiowá, antropólogo e tradutor fez um histórico de suas lutas e da situação de violência contra seu povo, disse que viveu na pele a violência. No seu relato, afirmou que sua família foi despejada por três vezes por ações truculentas dos fazendeiros; a primeira, quando tinha apenas oito anos e que sofreu muito com os tiroteios e atentados que continuam até hoje vitimando nosso povo, estudantes indígenas, lideranças, professores e até um motorista do ônibus escolar indígena.

5
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

Lembrou que o processo de expulsão dos índios das áreas destinadas à produção agrícola tornou-se mais intenso no início da década de 1980, quando episódios de violência se tornaram cada vez mais freqüentes. Até então, os índios estavam dispersos por todo o estado, alguns inclusive trabalhando nas fazendas. As poucas reservas indígenas existentes estavam vazias. “O que algumas pessoas chamam de retomada territorial nós consideramos uma volta às nossas terras tradicionais”, disse emocionado. Os índios não podem viver em espaços de confinamento permanente.

O cacique Feride Mariano relatou o clima de violência e insegurança que vive com mais de 37 famílias acampadas à margem da BR-163, onde três jovens indígenas com idades entre 15 e 20 anos já morreram atropelados. As famílias reivindicam a demarcação de suas terras para poder plantar, pescar e viver com tranquilidade. Enquanto esperam sobrevivem com o auxílio de cestas básicas distribuídas quinzenalmente pela Funai.

Reclamou das ameaças de jagunços quando tentaram retomar suas terras e ocuparam durante um ano e meio a Fazenda Santo Antônio. Sua preocupação maior é com as crianças que não tem escola diferenciada, a falta de ônibus para levá-las, o barulho constante da rodovia, além das mortes por atropelamento são situações vivenciadas por estas famílias. Porém, dentre as mais graves situações apontadas pelo cacique também estão a violência e a exploração sexual de menores devido à exposição constante por morarem à margem da BR.

O Ouvidor da Funai, Dr. Paulo Celso de Oliveira, destacou o fortalecimento das instituições do Estado Brasileiro para realização de

6
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

Elaborado por **Chica Picanço**, Assessora da Presidência Para Assuntos Parlamentares da Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça, integrante da Comissão, juntamente com Paulo Celso de Oliveira, Ouvidor e Maria Aparecida Mendes, Coordenadora Regional da Funai em Dourados/MS.

ação conjunta e permanente dos órgãos públicos com o intuito de criar soluções para os desafios junto às comunidades indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul. Por outro lado, a Coordenadora Regional da Funai, em Dourados, Maria Aparecida Mendes, reiterou ao afirmar que há um grau de vulnerabilidade social expressivo nas reservas indígenas já demarcadas no estado. São oito reservas, que abrigam uma grande população e que demandam muitos esforços para garantir um atendimento de qualidade a todas. Embora a Funai, no estado do MS, esteja presente em todas as áreas, por meio de suas três coordenações regionais em Campo Grande, Dourados e Ponta Porá, e diversas coordenações técnicas locais, próximas às aldeias, o órgão precisa ser fortalecido e potencializado com recursos humanos, financeiros, estruturais para dar conta de atender uma população de 45 mil índios, muitos deles dispersos, o que eleva o grau de fragilidade no atendimento.

A assessora da presidência da Funai para assuntos parlamentares, Chica Picanço, falou da função e da importância da assessoria parlamentar da Fundação, cujo objetivo é acompanhar, em articulação com a Secretaria de Assuntos Legislativos e Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, a tramitação das proposições no Congresso Nacional e articular ações parlamentares de interesse da Funai e dos povos indígenas, bem como estabelecer o diálogo da presidência com o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Destacou ainda, a necessidade de acompanhar a par e passo a gama de projetos de leis e outras proposições que, de modo geral, são lesivos aos interesses indígenas, como por exemplo, as propostas de emenda

7
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao 7º Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

constitucional que têm sempre o propósito de alterar o capítulo relativo aos direitos indígenas, art. 231 da CF.

Por fim, os indígenas consideraram a visita dos parlamentares à região importante porque possibilitou a oportunidade de ouvir quem vive o dia-a-dia uma verdadeira guerra com pessoas que não respeitam a integridade, pois estão em constante conflito entre eles e com os não-indios.

REUNIÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL

À noite a Comissão se reuniu com o Procurador da República, Marco Antonio Delfino de Almeida e com o representante do superintendente da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul. Marco Antonio fez um histórico da disputa fundiária no estado, esclarecendo à Comissão que durante as primeiras décadas do século 20, a pedido de fazendeiros recém-chegados ao estado, onde adquiriam, legalmente ou não, terras, a União passou a remover os índios de seus territórios tradicionais. Eles foram concentrados em reservas, liberando as demais áreas para a agropecuária. “Um processo semelhante à formação de guetos de judeus” que, segundo o promotor, resultou na disputa fundiária que já se arrasta há décadas, provocando não só prejuízos aos índios, mas também um clima de insegurança jurídica que prejudica o próprio setor produtivo.

Após apresentadas às exigências dos deputados federais Padre Ton, Érika Kokay, Domingos Dutra e de intervenções do Ouvidor da Funai, Paulo Celso Oliveira, o procurador garantiu que entrará com

⁸
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

Elaborado por **Chica Picanço**, Assessora da Presidência Para Assuntos Parlamentares da Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça, integrante da Comissão, juntamente com Paulo Celso de Oliveira, Ouvidor e Maria Aparecida Mendes, Coordenadora Regional da Funai em Dourados/MS.

ações civis públicas na Justiça Federal. Afirmou que impetrará em janeiro de 2012, duas primeiras ações, de uma série de outras ações individualizadas ajuizadas para cada comunidade indígena ou denunciar a violência contra os índios no estado. Assegurou que caso a União seja condenada, poderá ser obrigada a acelerar o processo de demarcação de novas reservas. O MPF vai pedir que a Justiça Federal responsabilize o Estado brasileiro pela atual situação dos cerca de 50 mil índios Guarani Kaiowá que vivem em Mato Grosso do Sul.

O Procurador defende que cada comunidade tem um histórico de violência e de mazelas decorrentes desse processo de confinamento, como a desnutrição infantil, briga interétnicas e a violência. É importante nos processos, caracterizar como a União contribuiu para esse processo de desagregação, da falta de dignidade humana em cada um dos casos. De acordo com o Procurador, a União não apenas tem sido omissa em relação ao conflito fundiário causado pelo estímulo à produção agropecuária no Centro-Oeste, como, inicialmente, contribuiu para que a situação chegasse ao ponto que chegou.

Questionado sobre a situação dos detentos indígenas e a morosidade nos julgamentos, o Procurador Federal, destacou como fator impeditivo e moroso a falta de domínio da língua portuguesa na ocasião dos interrogatórios. Os informantes, testemunhas ou até mesmo os indiciados sentem-se intimidados e não conhecem os procedimentos. Nesse sentido, a deputada Érika Kokay, comprometeu-se em apresentar um Projeto de Lei que garanta aos indígenas o acompanhamento de intérprete e que o interrogatório e demais atos processuais, sejam nas audiências para ouvir testemunhas de defesa e acusação, seja facultado em seu próprio idioma.

9
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

Elaborado por **Chica Picanço**, Assessora da Presidência Para Assuntos Parlamentares da Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça, integrante da Comissão, juntamente com Paulo Celso de Oliveira, Ouvidor e Maria Aparecida Mendes, Coordenadora Regional da Funai em Dourados/MS.

Outra medida solicitada ao Procurador Federal de Dourados, Dr. Marco Antônio e ao representante da Polícia federal, foi a garantia de condições dignas a principal testemunha do desaparecimento do cacique Nísio, seu filho, Valmir Gomes, que está na delegacia de Ponta Porá, em regime prisional. Os deputados pediram plena proteção do Estado, não apenas para o filho do cacique, mas que todos os indígenas ameaçados de morte no Estado, façam parte Programa Federal de Assistência a Vítimas testemunhas ameaçadas. O Procurador sugeriu uma articulação mais apurada e sensibilização dos juízes. Para isso, uma reunião com o Conselho Nacional de Justiça foi proposta para discussão dos casos dos indígenas que estão no presídio em situação de risco, entre outros entraves relatados pelos participantes. A Comissão Externa exigiu, ainda, celeridade nos inquéritos policiais, bem como agilidade dos processos de demarcação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul.

VISITAS ÀS RESERVAS E ACAMPAMENTOS TEKOHÁ INDÍGENAS

Na tarde do dia 02/12, sexta-feira visitamos a reserva de Laranjeira Ñanderu, no município de Rio Brilhante, próximo da cidade de Dourados. Esta reserva está sob ameaça de despejo. Os indígenas fizeram um protesto no local arrancando a cerca colocada pelo fazendeiro, português José Raul, para dar passagem aos carros da comitiva. O fazendeiro, de acordo com os índios, impede a passagem dos mesmos no local, cerceando o direito de ir e vir das crianças e jovens indígenas que vão para a escola, de sair com os doentes para o hospital, bem como a entrada para entrega dos auxílios do governo.

10
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao 1º Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

Elaborado por **Chica Picanço**, Assessora da Presidência Para Assuntos Parlamentares da Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça, integrante da Comissão, juntamente com Paulo Celso de Oliveira, Ouvidor e Maria Aparecida Mendes, Coordenadora Regional da Funai em Dourados/MS.

Este ato insano, presenciado por todos que acompanhavam os quatro parlamentares, é contrário à liberdade como direito fundamental do cidadão e o mais grave, fere o artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, que preconiza “conceder-se-á *“habeas corpus”* sempre que uma pessoa sofrer ou se achar ameaçada de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Os índios sofrem constrangimento no seu direito de ir e vir, todos os dias, cabendo neste caso recorrer deste recurso jurídico o *habeas corpus* que visa assegurar que nenhuma pessoa, seja ela branca, indígena, quilombola, mendiga, negra, religiosa ou não, tenha sua liberdade cerceada por ato ilegal. Este ato pode ser interposto não só contra ato de autoridade pública, mas também contra ato de particular o que cabe perfeitamente neste caso e outros que desconhecemos pelo Brasil.

Fomos então surpreendidos com a presença do fazendeiro José Raul acompanhado de seu filho, presidente do diretório municipal do PT, que tentaram obstruir o acesso da Comissão ao acampamento indígena, mesmo com a presença das polícias federal, rodoviária e da Força Nacional. Observei que o acesso a terra é uma contradição descomunal no estado – uma área imensa com plantação de soja na frente e os índios encurralados num pequeno pedaço de terra atrás da plantação de soja sem condições dignas de sobrevivência: eles não têm acesso a água potável, alimentação adequada, acesso às escolas e atendimento médico precário. Segundo relatos, a Funai e a Funasa só têm acesso à reserva por meio de ação judicial.

No sábado, 03/11, às 7h, saímos para visitar e averiguar de perto a situação em que vivem os indígenas Guarani-kaiowá das

¹¹
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao 1º Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

comunidades Kurussu Ambá, município de Coronel Sapucaia e Guaviry, município de Amambaí, este último, local do assassinato do cacique Nísio Gomes. Visitamos ainda um acampamento indígena às margens da BR próximo a Dourados com família em situação de risco.

A Terra Indígena de Kurussu Ambá, onde mora o professor e liderança da comunidade Eliseu Lopes, integrante da Comitiva. O território de Kurusu Ambá, segundo Eliseu, tem cerca de 2,2 mil hectares e está em estudo pela Funai. Localiza-se no município de Coronel Sapucaia, na divisa de Mato Grosso do Sul com Capitão Bado, no Paraguai, a 383 km de Campo Grande. No local, também conhecido como aldeia Cruz Sagrada, vivem 70 famílias – cerca de 200 pessoas -, inclusive crianças com idades entre zero a oito anos. A comunidade foi incluída no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no início deste ano.

Aqui ouvimos vários relatos das lideranças sobre a situação das retomadas e dos casos de torturas, seqüestros e assassinatos de lideranças, entre elas da indígena Xurite Lopes, 70 anos, *nhandesi* (rezadora) e liderança histórica da comunidade que foi assassinada e, mais tarde, na segunda tentativa de voltar à sua terra, a morte por pistoleiros de Ortiz Lopes e de Osvaldo Lopes que foi assassinado, quando a comunidade fazia a terceira retomada. Em um dos barracos, está até hoje, a faixa de protesto e a foto de Osvaldo Lopes.

A permanência dos indígenas Guarani Kaiwá de Kurussu Ambá, de acordo com o relato de Eliseu Lopes, foi possível devido a decisão do

12
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao 1º Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

Elaborado por **Chica Picanço**, Assessora da Presidência Para Assuntos Parlamentares da Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça, integrante da Comissão, juntamente com Paulo Celso de Oliveira, Ouvidor e Maria Aparecida Mendes, Coordenadora Regional da Funai em Dourados/MS.

Tribunal regional de São Paulo que reconheceu um pequeno pedaço de sua terra tradicional.

Atualmente, mais de 30 comunidades indígenas do MS aguardam decisões judiciais, semelhantes a Kurussu Ambá, para voltarem as suas terras.

Os Guarani Kaiowá lutam há mais de 30 anos pela posse de suas terras tradicionais. Nesse tempo têm sido vítimas constantes de violência e de diversas violações de direitos. Diversas lideranças já foram ameaçadas, seqüestradas, torturadas e assassinadas.

Pelo terceiro ano consecutivo, o estado do Mato Grosso do Sul lidera a lista de assassinatos de indígenas no país. Somente em 2010, foram 34 ocorrências das 60 registradas em todo o país.

O mecanismo de retomar seus territórios tradicionais é o único meio encontrado pelos indígenas para sair das beiras de estrada ou sair do confinamento das poucas e minúsculas terras já demarcadas para acelerar o processo de identificação e demarcação das áreas. A retomada sempre é feita pelos Guarani Kaiowá porque há muitos anos esperam por suas terras de volta. Como demora o processo de demarcação, a própria comunidade organiza-se e luta pelo seu tekohá (terra tradicional). Nessa luta pela demarcação de suas terras, mais de 40 lideranças do povo Guarani Kaiowá já foram assassinadas, e a lista não pára de aumentar. Os indígenas reivindicam a demarcação de suas terras, pois acreditam que só quando tiverem acesso a elas e, conseqüentemente, a melhores condições de vida, será possível viver em paz. Em novembro de 2009, sob a liderança de Eliseu Lopes, os indígenas retornaram pela 4ª vez ao pequeno pedaço de sua terra tradicional, ocupando uma área localizada nos limites da reserva legal

onde incide a fazenda Maria Auxiliadora. Lá, onde estão até hoje, é que lhes foi garantida a permanência pela decisão do TRF3.

SUGESTÕES DE PROVIDÊNCIAS APRESENTADAS PELAS LIDERANÇAS INDÍGENAS E DEPUTADOS

- 1) Além da demarcação de novas terras indígenas, o governo federal deverá adotar medidas emergenciais na agilização da regularização das terras indígenas guarani-kaiowá e retirar os ocupantes não-indígenas das Terras Indígenas, tanto das homologadas como das que estão em processo de regularização. Intensificar em caráter emergencial as ações governamentais nas áreas de educação, saúde, transporte escolar indígena, segurança nas aldeias e acampamentos, saneamento básico, água potável, entre outros auxílios do governo, cobrados durante a reunião com a comitiva de deputados federais, as lideranças indígenas esperam ser recebidos pela presidenta Dilma Rousseff, em Brasília, de quem cobram maior atenção à causa indígena, que consideram “muito distante” de seus problemas.

- 1) Anastácio Peralta, da aldeia Panambizinho, de 1,2 mil hectares, localizada a cerca de 17 quilômetros do centro de Dourados disse que a presidenta Dilma está muito distante da questão indígena. “Por ser mulher, eu imaginava que ela teria mais atenção. Alguém precisa amolecer o coração dela, pois não fomos nós que criamos toda essa situação. O Brasil está parado na questão indígena”. Anastácio cobrou, ainda, a aprovação do Estatuto dos Povos

Indígenas e do Projeto de Lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).

2) O deputado Domingos Dutra do PT do Maranhão, com discurso incendiário, sugeriu divulgar o “Relatório da Comissão Externa” para todos os órgãos do governo federal, entidades da sociedade civil, organizações indígenas, partidos políticos, Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, e Câmaras Municipais e cobrar de todos os órgãos governamentais ações que garantam a proteção e o respeito a sua integridade, bem como elaborar informativo sucinto relatando a situação de violência e impunidade contra os povos indígenas do estado para divulgação em fóruns, Congressos, Seminários, enfim todos os eventos possíveis, para conhecimento da sociedade. Sugeriu, ainda, denunciar perante à Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização das Nações Unidas (ONU) o genocídio cometido contra os povos indígenas do MS e, por fim, radicalizou, afirmando, que se ocorrer outro assassinato de liderança indígena, o corpo da vítima deverá ser trasladado para Brasília e exposto para velório na Praça dos Três Poderes, em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, para chamar a atenção dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo sobre o genocídio praticado contra o povo indígena guarani.

1) Realização de Audiências com o Ministério da Justiça, com a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a Funai, Conselho Nacional de Justiça, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade racial (SEPIR), bem como dar continuidade as audiências públicas na Câmara dos Deputados, Senado Federal e na Assembleia Legislativa, em

15
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao 1º Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

Campo Grande, garantindo a presença e participação de lideranças indígenas Guarani-Kaiowá.

- 2) Envolver as Centrais Sindicais (CUT) e Universidades nas discussões e divulgação dos fatos ocorridos no Mato Grosso do Sul.
- 3) A deputada Érika Kokay do PT do Distrito Federal, endossou as sugestões do deputado Domingos Dutra e acrescentou:
- 4) Realização de Seminário em Dourados, promovido pela Câmara Federal,
- 5) Encaminhar à Funai, Requerimento de Informação, solicitando o relatório completo do processo demarcatório das terras indígenas de Dourados.
- 6) Reunião com o Ministro da Justiça para discutir o fortalecimento da estrutura da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança, para assegurar os recursos humanos e orçamentários necessários à execução da política e para lidar com maior segurança com os conflitos entre os indígenas e proprietários rurais, no Estado do MS, em especial em Dourados e Ponta Porã, onde o conflito fundiário é mais intenso, bem como discutir com o ministro a construção de um instrumento jurídico para a indenização de terras indígenas.

DESAFIOS E CONSTATAÇÕES

- 1) No período de oito anos, mais da metade dos 452 assassinatos cometidos contra indígenas no país, 250 ocorreram no Mato Grosso do Sul.
- 2) A taxa de homicídios entre indígenas no Estado é de 145/100.000 habitantes, mais que no Iraque em pé de guerra que são 93.
- 3) Das 301 tentativas de homicídio contra índios, 190 foram registradas no Estado do Mato Grosso do Sul.
- 4) Dos 206 suicídios praticados por indígenas no Brasil, 176 aconteceram MS.
- 5) Dados compilados nos primeiros nove meses deste ano pelo CIMI/MS revelam que dos 38 índios assassinados no período, 27 são de Mato Grosso do Sul.
- 6) A maioria dos crimes está relacionada a situação de confinamento nas reservas, cuja área é insuficiente para todos;
- 7) A falta de perspectivas ou da perda da identidade cultural, ocasiona a derrocada dos tradicionais mecanismos de mediação de conflitos internos.
- 8) A violência interna tem aumentado o número da população carcerária indígena. Os índios são condenados por crimes comuns e a demora nos julgamentos.
- 9) Lentidão por parte da Justiça para julgar os culpados pelas mortes dos índios vítimas do conflito fundiário. A cada nova ocorrência é aberto um inquérito policial. Hoje são mais de 28 processos judiciais, apenas dois foram a júri, os casos de Marçal de Souza e de Marcos Veron.

10) A União terá que restituir valores às pessoas que compraram terras vendidas no passado pelo governo e que estavam em território indígena, mas agiram de boa fé.

11) A situação jurídico-institucional é complexa, pois os fazendeiros não admitem perder suas supostas terras, que na época da colonização o Estado do Mato Grosso do Sul vendeu as Terras Indígenas a particulares, tratando-as como se fossem devolutas. Estes particulares exigem na Justiça que seus direitos sejam reconhecidos, e entram com ações judiciais, impedindo ou paralisando o processo administrativo de identificação das terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto neste relatório, fica evidente que o problema que mais aflige os povos indígenas é de como o Estado brasileiro garante a plena cidadania e autonomia desses povos. Para conquistar este direito, os indígenas precisam, em primeiro lugar, ter assegurada a permanência em suas terras tradicionais, para que possam expressar na plenitude toda sua ancestralidade e culturalidade. Nesse aspecto, o que vimos em Dourados, Mato Grosso do Sul, que apesar de todo o conflito, do preconceito, de atrocidades cometidas contra eles, os indígenas não se despem de seus rituais, seus cantos, suas danças e sua língua. Por essas razões, compartilho das idéias apresentadas por Fernanda Martinez Oliveira, Mestre em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, em estudo publicado em 2008, no

Caderno de Gestão Pública e Cidadania, v. 13, nº 53, intitulado **“Por um novo lugar para as terras indígenas”**.

Durante toda minha trajetória e conhecimento da causa indígena, 20 anos aproximadamente, a política de demarcação de terras indígenas é um dos mais importantes componentes da complexa relação entre o governo e os povos indígenas no Brasil.

O estudo mencionado analisa especificamente o reconhecimento legal dos direitos territoriais indígenas em um Curso de Formação da Federação Brasileira, oferecido pela Fundação Getúlio Vargas.

A autora inicia uma discussão teórica sobre federalismo e sua dimensão étnica e analisa o comportamento das instituições que foram criadas e implementadas até a Constituição de 1988, assim como, traça as mudanças recentes na política federal de demarcação de terras indígenas no Brasil.

Reconhece que apesar dos avanços na legislação e na demarcação em terras indígenas nas últimas décadas, a concepção do sistema federal no Brasil nunca incluiu as heterogeneidades indígenas tanto em seu quadro institucional, como nos processos recentes de descentralização. Esta omissão, segundo a autora é evidente, embora exista potencial teórico para o regime federal incluir as diversidades étnicas.

Infelizmente em muitas localidades do país os povos indígenas não têm seus direitos assegurados, o que leva às lideranças indígenas a embates para a garantia desses direitos, não somente com o governo federal, mas também com os entes subnacionais, que nos últimos anos receberam atribuições para a provisão de políticas públicas em terras indígenas e áreas urbanas.

19
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao 1º Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

Elaborado por **Chica Picanço**, Assessora da Presidência Para Assuntos Parlamentares da Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça, integrante da Comissão, juntamente com Paulo Celso de Oliveira, Ouvidor e Maria Aparecida Mendes, Coordenadora Regional da Funai em Dourados/MS.

Há que se admitir que os índios não participaram da construção do Estado brasileiro, tampouco do desenho de suas instituições. Foi possível perceber durante este estudo que o desenho do sistema federativo no Brasil nunca contemplou as heterogeneidades indígenas. Os dados históricos demonstram que as heterogeneidades étnicas não motivaram a criação da federação brasileira, nem os processos recentes de descentralização. As determinações oficiais relativas às populações indígenas nas Constituições e seus desdobramentos em leis nunca foram suficientes para garantir o efetivo exercício dos direitos por estes povos. Por outro lado, apesar de todos os avanços do movimento indígena, a discussão acerca da inclusão da diversidade étnica no federalismo brasileiro ainda se observa de maneira parcial na literatura e nos documentos que a autora analisou para fazer esta pesquisa.

Vimos que o arcabouço institucional do país incluiu um universo maior de direitos às populações indígenas recentemente e abandonou o cunho assimilacionista, assistencialista que o caracterizou historicamente.

Avalia ainda, que o mecanismo atual de demarcação das terras indígenas e seus resultados são mais eficazes que as sistemáticas anteriores. Teoricamente, os arranjos federais e os processos de descentralização em geral são considerados como um grande potencial para incluir diversidades, especialmente as étnicas. Este é um processo em construção no Brasil, porém não é uma das razões para a formação da federação e para a definição de seus contornos recentes. Ainda que historicamente o governo federal seja o grande “guardião” dos direitos indígenas e que as esferas subnacionais tenham se mostrado muito permeáveis aos interesses das elites locais, os processos de

descentralização e aprofundamento da democracia brasileira têm colocado possibilidades para que estados e municípios concretizem novas relações subnacionais e institucionalizem parcerias mais horizontais e transparentes.

Encontrar um lugar para as terras indígenas no federalismo brasileiro passa não apenas por reconhecer a formação multicultural do país no desenho de suas instituições, mas de aprofundar a democracia brasileira e garantir direitos de cidadania plena aos índios.

A autora considera importante reconhecer direitos territoriais e a finalização dos processos de demarcação de terras indígenas no país. É importante que os três poderes se aliem para defender a Constituição de 1988, não apenas acelerando o reconhecimento estatal do direito às terras ainda não demarcadas e homologadas, já que se passaram quase quinze anos do limite estabelecido pelas disposições constitucionais no que se refere ao horizonte temporal do reconhecimento estatal das terras indígenas. **É preciso ainda que o governo federal assegure uma política positiva na revisão de processos de demarcação de áreas de confinamento e garanta direitos em áreas de conflito.** Devo aqui colocar parêntese e dizer que a afirmação supracitada é relevante para a realidade em que vivem os índios Guarani Kairi-Xavá, em Mato Grosso do Sul e com certeza, outras realidades no Sul do país, que foram confinados em suas próprias terras, gerando uma zona de conflito permanente com o agronegócio.

Contudo, o que constatamos é que não basta reformular as políticas públicas, mas também considerar no processo de inclusão do federalismo brasileiro as diversidades indígenas. Atualmente a confusão entre a união, os estados e os municípios sobre as

21
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao 2º Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kairi-Xavá.

Elaborado por **Chica Picanço**, Assessora da Presidência Para Assuntos Parlamentares da Fundação Nacional do Índio, Ministério da Justiça, integrante da Comissão, juntamente com Paulo Celso de Oliveira, Ouvidor e Maria Aparecida Mendes, Coordenadora Regional da Funai em Dourados/MS.

responsabilidades na provisão de serviços de saúde e educação para os índios, por exemplo, concretiza uma situação de discriminação pelo Estado. É preciso definir papéis claros em diálogo com as comunidades indígenas e criar novos mecanismos de coordenação federativa e financiamento.

O fortalecimento do movimento indígena nas últimas décadas, com a formação de centenas de organizações próprias, ativas tanto na formulação, quanto na implementação e avaliação de políticas públicas, mostra que as comunidades indígenas estão em busca de um novo diálogo com o Estado brasileiro. Por outro lado, a crescente participação dos índios na administração pública subnacional por meio de cargos eletivos e como parte da burocracia coloca a possibilidade de criação de novas formas de parceria entre os governos locais e as comunidades indígenas.

Para finalizar este relatório, reafirmo que o debate político sobre as terras indígenas no Brasil ainda não está resolvido. A construção de um novo lugar para as terras indígenas no federalismo brasileiro, conforme propõe Martinez, requer repensar com criatividade as relações entre o Estado e os povos indígenas, examinar as possibilidades de **arranjos federais assimétricos e construir jurisdições subnacionais mais includentes**. Uma federação artificial, que não reconhece suas minorias na organização territorial do poder, não é uma federação forte. Portanto, o Brasil, apesar de ser considerado o país que mais protege seus povos e culturas tradicionais e seu meio ambiente, precisa sair da era colonialista e a moderna “política pública” precisa ser compreendida como justiça social, ou seja, todos os cidadãos com acesso à educação de qualidade, saúde, alimentação, principalmente os povos indígenas

com quem o Brasil tem uma dívida secular, devido a colonização de suas terras.

23
Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados ao 2º Estado do Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 02 e 03 de dezembro de 2011, com a finalidade de averiguar e ouvir as lideranças indígenas e o poder público local, sobre a situação de violência contra os povos indígenas do Estado, em especial o povo Guarani-Kaiowá.

Elaborado por **Chica Picanço**, Assessora da Presidência Para Assuntos Parlamentares da Fundação Nacional do Índio , Ministério da Justiça, integrante da Comissão, juntamente com Paulo Celso de Oliveira, Ouvidor e Maria Aparecida Mendes, Coordenadora Regional da Funai em Dourados/MS.